ISSN: 2358-8829

# PROJETOS DE FORMAÇÃO DO SUJEITO ESCOLAR: INFLUÊNCIAS AUTORITÁRIAS E PERMANÊNCIAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

João Victor Medeiros Maia [1]
Kerolly Batista da Silva [2]
José Wagner de Almeida [3]

## 1 INTRODUÇÃO

A história da educação tem se dedicado a compreender as relações intrínsecas entre projetos políticos e as instituições escolares, sobretudo quando o Estado assume o papel central na definição dos rumos da instrução pública, convertendo a escola em um dos aparelhos por meio dos quais se processa a reprodução da ideologia dominante (Althusser, 1985). Historicamente, em regimes autoritários da primeira metade do século XX, como o fascismo italiano (1922-1943) e o nazismo alemão (1933-1945), a escola foi convertida em um instrumento estratégico de conformação ideológica, disciplinamento das novas gerações e legitimação do poder estabelecido (Horta, 2009; Vicente; Witt, 2018).

No contexto nacional, o Brasil vivenciou na Era Vargas (1930-1945), e mais acentuadamente durante o Estado Novo (1937-1945), um forte movimento de centralização da política educacional. Esse período testemunhou uma profunda reorganização administrativa e curricular, baseada na ênfase no civismo, na padronização do ensino e na construção de uma identidade nacional alinhada aos propósitos do regime (Romanelli, 1996), processo que, como se discutirá adiante, não se deu sem resistências e projetos concorrentes no interior do próprio campo educacional brasileiro.

Diante desse cenário, este trabalho parte do seguinte problema: em que medida os projetos educacionais dos regimes fascista italiano e nazista alemão apresentam

[1] Graduando do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE - campus Aracati, victor.medeiros60@aluno.ifce.edu.br;
[2] Graduanda do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE - campus Aracati, kerolly.batista16@aluno.ifce.edu.br;
[3] Doutor, Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, wagner.almeida@ifce.edu.br.

aproximações estruturais e discursivas com os processos de organização curricular desenvolvidos no Brasil durante a Era Vargas? A investigação justifica-se pela necessidade de compreender de que modo a circulação internacional de elementos e ideias pedagógicas de experiências autoritárias pode ter contribuído para configurar permanências na educação brasileira, relacionadas à formação cívica, à padronização do ensino e à função social da escola.

O objetivo geral é analisar as aproximações históricas e estruturais entre os projetos educacionais da Itália fascista e da Alemanha nazista e a organização curricular no Brasil no mesmo período. Como objetivos específicos, busca-se: a) caracterizar os principais mecanismos de uso político da escola nos regimes italiano e alemão; b) identificar as reformas e legislações educacionais brasileiras da Era Vargas, incluindo suas tensões internas; e c) apontar convergências e especificidades entre esses três contextos quanto à formação cívica, à padronização do ensino e à função social da escola.

## 2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza histórico-documental, fundamentada em revisão bibliográfica, justificada pela necessidade de compreender processos históricos, discursivos e institucionais não redutíveis a tratamento quantitativo.

O procedimento consistiu em três etapas. Na primeira, realizou-se levantamento bibliográfico em bases acadêmicas (Scielo, Redalyc e periódicos institucionais de universidades federais), com os descritores “educação fascista”, “educação nazista”, “Terceiro Reich e escola”, “Era Vargas e educação” e “Estado Novo e currículo”. Na segunda, procedeu-se à leitura analítica dos textos selecionados, com ênfase nos mecanismos de intervenção estatal sobre o currículo, a formação docente e as práticas cívico-pedagógicas de cada contexto. Na terceira, os dados foram sistematizados de forma comparativa, identificando-se eixos temáticos comuns, centralização curricular, formação cívica e moral, culto a símbolos e lideranças, e função social da escola, que permitissem aproximar e distinguir os três contextos analisados.

Por se tratar de pesquisa bibliográfica, o trabalho priorizou estudos secundários já publicados, utilizando fontes primárias de forma pontual, como a legislação brasileira

ISSN: 2358-8829

citada diretamente a partir do texto oficial dos decretos-lei mencionados. Essa opção limita o alcance de generalizações mais específicas, mas permite uma primeira sistematização comparativa que poderá orientar investigações futuras baseadas em fontes primárias. Não houve necessidade de submissão a comitês de ética, por não envolver sujeitos de pesquisa nem uso de imagens de terceiros.

## 3 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico ancora-se na perspectiva de que a escola, longe de ser uma instituição neutra, constitui um dos aparelhos por meio dos quais o Estado garante a reprodução das relações sociais e a inculcação da ideologia dominante. Althusser (1985) denomina tais instituições de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), entre os quais inclui explicitamente o aparelho escolar, ao lado do religioso, do familiar, do jurídico e do político, distinguindo-os dos aparelhos repressivos de Estado por atuarem predominantemente pela via da ideologia, e não da violência direta. Nessa perspectiva, regimes autoritários do século XX reconheceram o potencial da instituição escolar como instrumento de conformação de subjetividades e de legitimação do poder político.

Complementarmente, Poulantzas (1985) oferece a categoria de estatismo autoritário para compreender a tendência do Estado capitalista contemporâneo a intensificar o controle administrativo sobre as diferentes esferas da vida socioeconômica, combinando-o com o declínio das instituições de democracia política e com a restrição das liberdades formais. Embora formulada a partir da análise de Estados capitalistas do pós-guerra, essa categoria auxilia a compreender, retrospectivamente, a lógica de concentração de poder observada nos regimes educacionais aqui analisados, nos quais o fortalecimento do aparelho administrativo central correspondeu a uma redução da autonomia de instituições intermediárias, como escolas, associações docentes e órgãos regionais de ensino.

No caso italiano, Horta (2009) e Charnitzky (1996) demonstram que o processo de "fascistização" da escola, iniciado com a Reforma Gentile em 1923, avançou sobre as associações docentes, os currículos e os materiais didáticos, culminando na militarização do ensino a partir de 1935 e na *Carta della Scuola* de 1939. No caso alemão, Vicente e Witt (2018) evidenciam que a nazificação do sistema educacional, sob a direção do Ministério de Bernhard Rust a partir de 1934, promoveu a

ISSN: 2358-8829

reformulação de currículos e manuais escolares, associada à ação doutrinária complementar da Juventude Hitlerista fora do ambiente escolar formal.

Quanto ao Brasil, Romanelli (1996) situa a política educacional da Era Vargas na ascensão de um processo de centralização administrativa, que atribuiu ao Ministério da Educação e Saúde Pública, criado em 1930, a regulamentação nacional do ensino. Dos Santos (2012) e Daniels (2020) evidenciam, respectivamente, o uso do jornal escolar como instrumento do ideário nacionalista do Estado Novo e a criação da Juventude Brasileira, inspirada na Juventude Hitlerista alemã. Esse processo, no entanto, não se deu sem tensões internas: até 1937, o campo educacional brasileiro abrigava a disputa entre o projeto renovador e descentralizador do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (Azevedo et al., 1932) e o projeto centralizador que viria a se consolidar com o Estado Novo, evidenciando que a centralização autoritária resultou da vitória política de um projeto sobre outro, e não de um consenso nacional (Schwartzman; Bomeny; Costa, 1984).

Em conjunto, esses referenciais sustentam a hipótese de que a escola, nos três contextos, foi mobilizada simultaneamente como aparelho ideológico de difusão de um projeto de nação e como instrumento de um processo mais amplo de estatismo autoritário, ainda que com intensidades distintas, totalitária e racializada na Alemanha, corporativa e estatal na Itália, e nacional-desenvolvimentista e populista no Brasil.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 A fascistização da escola na Itália (1922-1943)

Com a ascensão de Mussolini ao poder em 1922, a educação escolar tornou-se alvo de um processo gradual de reformulação que Horta (2009) e Charnitzky (1996) denominam “fascistização”. O marco inicial foi a Reforma Gentile, de 1923, conduzida pelo filósofo idealista Giovanni Gentile, que promoveu uma reestruturação centralizadora e autoritária da administração escolar italiana, ainda que não fosse, ele próprio, um ideólogo do fascismo. A partir de 1935, o regime intensificou a militarização da vida escolar, associando a instrução regular a organizações paramilitares de juventude, como a *Opera Nazionale Balilla*, voltada à preparação física e ao doutrinamento ideológico de crianças e adolescentes.

ISSN: 2358-8829

Charnitzky (1996) detalha que a padronização didática avançou progressivamente ao longo da década de 1920: a Lei n. 5, de 7 de janeiro de 1929, instituiu o *testo unico di Stato*, o livro-texto único obrigatório para o ensino elementar em todo o território italiano, eliminando a pluralidade editorial anterior e submetendo diretamente o conteúdo escolar ao controle do Estado fascista. Os materiais didáticos da época associavam conteúdos escolares à exaltação de datas cívicas, à glorificação do passado imperial romano e à celebração da figura de Mussolini, contribuindo para a formação do chamado "italiano novo": disciplinado, leal ao Estado e preparado para o engajamento militar.

Em 1938, a introdução das leis raciais no ensino aprofundou o caráter excludente do projeto fascista. A *Carta della Scuola*, apresentada ao Grande Conselho do Fascismo em 19 de janeiro de 1939, consolidou esse processo ao subordinar formalmente toda a estrutura de ensino, da educação infantil à universidade, aos princípios do regime, reservando ainda papel diferenciado à educação feminina, voltada prioritariamente à preparação para a maternidade e para o cuidado do lar (Charnitzky, 1996). Essa arquitetura institucional começou a ser desmantelada apenas com a queda de Mussolini, em 1943 (Horta, 2009).

### 4.2 A educação nazificada na Alemanha (1933-1945)

Na Alemanha, a nazificação da educação teve como marco a nomeação de Bernhard Rust, em 1934, para o Ministério da Ciência, Educação e Cultura Popular do Reich. Segundo Vicente e Witt (2018), o órgão oficial dos educadores alemães promoveu a modificação radical dos currículos e a reelaboração dos manuais didáticos, substituindo os livros em uso por materiais alinhados à ideologia nacional-socialista. O ensino passou a se estruturar em torno de três eixos, conhecimento, ideologia racial e militarismo, refletindo a concepção de que a finalidade da educação era formar cidadãos leais ao regime.

A doutrinação do magistério também foi institucionalizada: a Liga Nacional-Socialista de Professores *(Nationalsozialistischer Lehrerbund* – NSLB), criada em 1929 e consolidada após 1933, passou a atuar como instância de controle ideológico e de formação continuada dos docentes, promovendo cursos centrados na biologia racial e na história nacional-socialista. Em 1937, os professores passaram a ser

ISSN: 2358-8829

obrigados a jurar lealdade pessoal a Hitler, consolidando o alinhamento do corpo docente ao projeto do regime (Vicente; Witt, 2018).

Paralelamente ao sistema escolar regular, o regime investiu em estruturas complementares de enquadramento da juventude, organizadas por sexo: a Juventude Hitlerista (*Hitlerjugend*), destinada aos meninos, reunia crianças e jovens em atividades paramilitares que reforçavam a disciplina, a obediência hierárquica e o culto ao *Führer*; já a Liga de Moças Alemãs (*Bund Deutscher Mädel*) preparava as jovens para os papéis de esposa e mãe dentro do projeto racial do regime, em uma divisão de gênero que também caracterizava, com especificidades locais, o modelo educacional fascista italiano. Instituições de elite, como as Escolas Adolf Hitler, completavam esse quadro, destinadas à formação dos futuros quadros dirigentes do partido e do Estado (Vicente; Witt, 2018). Assim, educação formal e formação extracurricular operaram de modo articulado na produção de adesão ao nacional-socialismo.

### 4.3 Educação e nacionalização no Brasil: a Era Vargas e o Estado Novo (1930-1945)

No Brasil, antes mesmo da centralização autoritária que marcaria o período, o campo educacional vivia um momento de efervescência renovadora. Em 1932, um grupo de educadores liderado por Fernando de Azevedo lançou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento que defendia a construção de um sistema nacional de educação público, laico, gratuito e descentralizado, fundamentado nos princípios da Escola Nova (Azevedo et al., 1932). O Manifesto expressava um projeto de modernização educacional ancorado na autonomia pedagógica e na diversidade regional, em contraste direto com o modelo que viria a prevalecer alguns anos mais tarde.

A chegada de Vargas ao poder, em 1930, no entanto, inaugurou um processo de centralização da política educacional que seguiria direção distinta da proposta pelos pioneiros. A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, ainda em 1930, e a subsequente Reforma Francisco Campos, em 1931, estabeleceram diretrizes nacionais que retiraram progressivamente a autonomia local em prol de um projeto unificado de currículo e de administração escolar (Romanelli, 1996).

ISSN: 2358-8829

O caráter autoritário intensificou-se com a instauração do Estado Novo, em 1937. Nesse mesmo ano, foi criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), sob a direção de Lourenço Filho, destinado a subsidiar tecnicamente a centralização da política educacional por meio da produção de estatísticas e estudos sobre o ensino nacional (Schwartzman; Bomeny; Costa, 1984). Nesse período, a instrução cívica adquiriu centralidade no currículo, associada à exaltação do civismo, à educação física e aos cantos orfeônicos. Dos Santos (2012) analisa como o jornal escolar "Tudo pelo Brasil" (1941-1944) funcionou como instrumento do ideário nacionalista do regime, sobretudo em regiões de colonização europeia no sul do país. Daniels (2020) demonstra que a Juventude Brasileira, organização criada no período, foi diretamente inspirada na Juventude Hitlerista alemã.

A Reforma Capanema, conduzida a partir de 1942 pelo ministro Gustavo Capanema, consolidou esse projeto ao determinar, no art. 24 do Decreto-Lei nº 4.244/1942, que a educação moral e cívica deveria permear transversalmente toda a vida escolar, com "elevada dignidade e valor patriótico", sem se restringir a uma disciplina específica. Schwartzman, Bomeny e Costa (1984) demonstram que, na formulação dessa reforma, Capanema buscou conciliar pressões de diferentes grupos de interesse, destacando-se a influência da Igreja Católica e das Forças Armadas na definição dos currículos do ensino secundário, o que resultou em uma estrutura elitista e seletiva, voltada mais à formação de quadros dirigentes do que à ampliação do acesso popular ao ensino. Essa diretriz transversal demonstra a intenção do regime de transformar toda a experiência escolar em veículo de formação cívico-nacionalista, em sintonia, ainda que com especificidades locais, com o repertório observado nos regimes europeus contemporâneos.

### 4.4 Aproximações e permanências: elementos comuns e especificidades

A análise comparativa dos três contextos permite identificar convergências relevantes, ainda que particularidades impeçam uma equivalência direta entre eles. Observa-se, em todos os casos, a centralização normativa do currículo pelo Estado, que assume protagonismo na definição de conteúdos e diretrizes pedagógicas, restringindo a autonomia de professores e instituições locais; e a recorrência da formação cívico-moral

ISSN: 2358-8829

como eixo curricular, manifestada na exaltação de símbolos, datas comemorativas e lideranças, Mussolini, Hitler e, guardadas as proporções, Vargas.

Nos três contextos, a escola foi ainda complementada por estruturas paraescolares de enquadramento da juventude, *Opera Nazionale Balilla*, Juventude Hitlerista/Liga de Moças Alemãs e Juventude Brasileira, sugerindo a circulação internacional de um repertório de disciplinarização extracurricular das novas gerações (Daniels, 2020). Por fim, em todos os casos a educação foi instrumentalizada como espaço de legitimação do poder, ainda que sob fundamentos ideológicos distintos: racismo biológico e expansionismo no caso alemão, corporativismo estatal e culto ao passado romano no caso italiano, e nacional-desenvolvimentismo populista no caso brasileiro.

A disputa entre o projeto renovador do Manifesto dos Pioneiros de 1932 e o projeto centralizador que se impôs a partir de 1937 reforça, ainda, que a centralização autoritária brasileira não decorreu de um consenso nacional, mas da supressão política de um projeto pedagógico concorrente (Azevedo et al., 1932; Schwartzman; Bomeny; Costa, 1984), processo distinto, em grau e mecanismo, da homogeneização mais completa promovida pelos regimes fascista e nazista, nos quais a oposição pedagógica organizada foi eliminada de forma mais abrupta.

É preciso, contudo, reconhecer os limites dessa aproximação. Diferentemente dos regimes europeus, o Brasil da Era Vargas não instituiu um projeto racial de Estado nem alcançou o mesmo grau de controle totalitário, mantendo maior heterogeneidade regional na execução das políticas educacionais. Mais do que transposição direta de modelos, observa-se a circulação e adaptação seletiva de práticas pedagógicas, ressignificadas conforme o contexto brasileiro, processo que, para Del Gaudio (2021), caracteriza os Estados Novos ibero-americanos como “variantes” de um repertório autoritário mais amplo, e não réplicas dos fascismos clássicos europeus.

### 4.5 Permanências discursivas e organizacionais na educação brasileira pós-1945

Embora o Estado Novo tenha sido formalmente encerrado em 1945, parte da estrutura organizacional e do repertório discursivo consolidado durante o período permaneceu presente na educação brasileira em décadas subsequentes. A própria estrutura administrativa erguida em torno do Ministério da Educação e do INEP,

ISSN: 2358-8829

concebida sob a lógica centralizadora do período, manteve-se como eixo da administração educacional nacional mesmo após a redemocratização, ainda que progressivamente adaptada a novos marcos legais (Schwartzman; Bomeny; Costa, 1984).

Mais diretamente, o repertório de formação cívico-moral inaugurado pela Reforma Capanema seria retomado, décadas depois, pela ditadura civil-militar brasileira: o Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, instituiu a Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória em todos os graus e modalidades de ensino do país (Brasil, 1969), retomando, em um novo contexto político, a lógica de instrumentalização cívico-nacionalista da escola já observada no Estado Novo. Essa continuidade, mesmo entre regimes distintos e separados por mais de duas décadas, sugere que a mobilização da escola como espaço de formação cívica alinhada aos interesses do Estado configurou uma tendência recorrente da política educacional brasileira ao longo do século XX, cujas raízes remontam, em parte, às permanências aqui analisadas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar as aproximações históricas e estruturais entre os projetos educacionais dos regimes fascista italiano e nazista alemão e os processos de organização curricular desenvolvidos no Brasil durante a Era Vargas. A revisão bibliográfica permite concluir que, a despeito das diferenças de intensidade e de fundamentação ideológica, há convergências relevantes entre os três contextos, sobretudo quanto à centralização curricular promovida pelo Estado, à centralidade da formação cívico-moral no currículo e à criação de estruturas paraescolares de enquadramento da juventude.

Esses achados corroboram a hipótese de que a política educacional brasileira do período não se desenvolveu isoladamente, mas em diálogo, seletivo e adaptado às condições locais, com um repertório de práticas pedagógicas que circulava internacionalmente entre regimes autoritários na primeira metade do século XX, contribuindo para a compreensão de permanências discursivas e organizacionais da educação brasileira em décadas subsequentes, como evidenciado pela retomada da educação cívico-moral obrigatória durante a ditadura civil-militar.

Como limitação, destaca-se o caráter majoritariamente bibliográfico da pesquisa, sem análise direta e sistemática de fontes primárias estrangeiras. Sugere-se, para trabalhos futuros, o aprofundamento por meio da análise documental de currículos, programas escolares e legislações brasileiras do período, em cotejo mais detalhado com fontes primárias italianas e alemãs, e aumento da densidade da investigação às permanências observadas no período posterior a 1964. Espera-se, assim, contribuir para o debate sobre a história da educação brasileira e dos currículos escolares no país.

**Palavras-chave:** História da Educação; Políticas Educacionais; Organização Curricular; Regimes Autoritários.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

AZEVEDO, Fernando de et al. **A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo (Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

BRASIL. Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 set. 1969.

CHARNITZKY, Jürgen. **Fascismo e scuola: la politica scolastica del regime (1922-1943)**. Firenze: La Nuova Italia, 1996.

DANIELS, Anne M. Juventude Brasileira y Educación Fascista en la Dictadura del Estado Novo. HSE – **Social and Education History**, v. 9, n. 1, p. 65-87, fev. 2020.

DEL GAUDIO, Rogata Soares. "O fascismo nosso de cada dia nos dai hoje": os Estados Novos brasileiro e português. **Revista Crítica e Sociedade**, v. 11, n. 2, 2021.

DOS SANTOS, Ademir Valdir. Educação e fascismo no Brasil: a formação escolar da infância e o Estado Novo (1937-1945). **Revista Portuguesa de Educação**, v. 25, n. 1, p. 137-163, 2012.

HORTA, José Silvério Baia. A educação na Itália fascista (1922-1945). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 9, n. 1, p. 47-89, jan./abr. 2009.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

VICENTE, Gabriele Alves; WITT, Marcos Antônio. A educação na Alemanha durante o Terceiro Reich e seu papel na doutrinação das crianças e jovens. **Revista Conhecimento Online**, v. 2, p. 138-159, 2018.